

Número de mulheres assassinadas em MT já supera o total de 2022

Gilberto Leite



O ano ainda não acabou e o número homicídios contra mulheres, incluindo feminicídios, já é maior que o registrado em 2022 e em 2021. Em números, foram 94 mulheres mortas até novembro deste ano. Deste número, 52 casos ainda são classificados como homicídio de mulheres e 42 são tipificados como feminicídio (entenda a diferença na matéria, na página 5). Em todo o ano de 2022, o estado contabilizou 51 homicídios de mulheres e 41 feminicídios. Os dados foram obtidos em primeira mão pela reportagem do Estadão Mato Grosso, que entrevistou a delegada Jannira Laranjeira, coordenadora do plantão de atendimento 24 horas às vítimas de violência doméstica e sexual em Cuiabá

PÁG. 6

AL defende cota para mulheres na carreira militar

A Assembleia Legislativa apontou erro de interpretação da Procuradoria-Geral da República (PGR) na Ação Direta de Inconstitucionalidade que tenta derrubar as leis com-

plementares estaduais que estabeleceram cota para mulheres nos concursos públicos para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso. Ao STF, a Assembleia

aponta que o Estatuto dos Militares de Mato Grosso não contém nenhuma distinção de qualquer natureza ao ingresso na carreira militar

PÁG. 5

Mauro vê 'guerra fiscal inversa' e decide não aumentar imposto

Gilberto Leite



O governador Mauro Mendes (União Brasil) anunciou nesta quarta-feira, 6 de dezembro, que o Estado não irá aderir ao movimento nacional de aumento da alíquota modal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS). Com

isso, Mato Grosso vai na contramão de outros 22 estados que já elevaram as alíquotas modais de ICMS. O governo já havia iniciado conversas com o setor produtivo para elevar em dois pontos percentuais a alíquota modal. Mauro afirma que vai lutar para manter

em 17% a alíquota modal do imposto estadual. O governador avalia que o aumento de imposto representa uma guerra fiscal muito equivocada entre os estados brasileiros, incentivada por um dispositivo da reforma tributária

PÁG. 7

PGR vê exagero no Transporte Zero e se posiciona contra a proibição

PÁG. 5

Não vendemos boias, vendemos segurança para seu pandinha.

Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT

AUMENTO DE ICMS

Presidente da Assembleia destaca reajuste de impostos realizado em 2019 e avalia que não há necessidade de novo aumento neste ano

Deputados não veem 'clima' para alta

Gilberto Leite



Botelho aponta que investimentos do governo indicam "caixa cheio", evidenciando falta de necessidade de aumento do ICMS

Da redação

Os deputados estaduais receberam com espanto a informação de que o Governo do Estado pretendia enviar à Assembleia Legislativa, ainda neste ano, um projeto para aumentar em dois pontos percen-

tuais a alíquota modal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS). Com a mudança, o imposto deveria passar de 17% para 19%. O governo já havia começado a debater a proposta com os setores produtivos, mas recuou da mudança.

O presidente da Assembleia, Eduardo Botelho (UB), afirma que não havia "clima" na Casa para debater o aumento de imposto. Além disso, ele destacou que os recentes investimentos realizados pelo governo evidenciam o "caixa cheio".

"Nós fizemos um ajuste de imposto em 2019 e não vejo espaço para aumentar mais o ICMS. O Estado não tem essa necessidade, não tem precisão disso agora. O Estado está com dinheiro, assumiu a BR-163, está colocando dinheiro lá, está fazendo um mega parque, colocando R\$ 500 milhões. Tem uma margem muito grande e nós vivemos num estado em que a grande massa de produção é feita para exportação, que não paga imposto. Então, esse imposto vai ficar em cima de quem? Do comércio e do povo em geral. Eu pedi para não encaminhar essa mensagem, porque não tem clima para discutir essa pauta", comentou Eduardo Botelho.

Líder do Governo na Casa, o deputado estadual Dilmir Dal'Bosco (UB) falou que apesar de a proposta ainda estar em fase de discussão, nenhum parlamentar foi chamado pelo governador para conversar. Nem mesmo o deputado Carlos Avalone (PSDB), que

é vice-presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt).

"Teve uma reunião na Federação das Indústrias e eu não fui convidado para participar. É uma preocupação futura de competitividade do nosso estado. Então, eu vejo que tem que primeiro ter toda uma conversa. O que eu falei ao governador é uma maneira de recuar dessa conversa porque está muito em cima. Nós não temos tempo de debater com setores segmentados. Em projetos dessa natureza, sempre quando vem à Assembleia, eu procuro trazer todos os setores segmentados para que a gente discuta o assunto. Até porque, nós temos que entender qual é o reflexo da Reforma Tributária que vai ter para Mato Grosso. Temos aqui o próprio deputado Carlos Avalone, que é vice-presidente da Fiemt, que não participou da reunião", disse.

O deputado Júlio Campos (UB) criticou o afobamento do governo em querer criar um "caixa secreto" com o

impacto da Reforma Tributária, para o ano de 2028. Campos já adiantou que é contrário à proposta, pois acredita que caberá mais discussões sobre o assunto.

"Nós sonhávamos com uma receita tributária para que o Brasil pagasse menos imposto. Hoje, o brasileiro é o cidadão do mundo que paga a maior carga tributária, sendo 4,1% da sua renda você devolve para o governo, seja municipal, estadual e, principalmente, o governo federal. É imposto de renda de 27,5%. E a Reforma Tributária [...] vem fazer com que haja aumento da carga tributária. E uma das cargas tributárias que quer ser aumentada é os Estados brasileiros, os governos dos Estados. Preocupado com a forma como vai ser distribuída a partir de 2028, já quer começar a cobrar imposto mais caro do ICMS agora, em 2024. Quer dizer, antecipar para fazer um caixa secreto, um caixa especial para prever o que vai ocorrer daqui a 4, 5 anos", afirmou.

INVASÃO DE COMPETÊNCIAS

'Atuação do STF prejudica o agro'

Da redação

Ex-procurador da Lava Jato, Deltan Dallagnol esteve em Cuiabá nesta quarta-feira, 6 de dezembro, para participar do evento do Partido Novo, que já se organiza para as próximas eleições. Durante entrevista, o deputado federal cassado comentou que é contra a indicação do ministro da Justiça, Flávio Dino, ao Supremo Tribunal Federal (STF), porque ele seria "uma espécie de mistura de Alexandre Moraes com o ministro Gilmar Mendes".

"O Partido Novo é um time de pessoas que não tem receio de se colocar contra os donos do poder no Brasil e iniciou um abaixo-assinado e coletou mais de 400 mil

assinaturas para que Dino não vá ao Supremo Tribunal Federal. A gente vê que a população está se organizando para manifestação no dia 10 de dezembro, contra Dino no STF. Não se pode acontecer que ministros atuem como políticos, fazendo articulações políticas para indicações, seja para o Supremo Tribunal Federal, seja para o Tribunal de Contas da União, seja para ministérios do governo. E, infelizmente, a gente vê um Supremo Tribunal Federal excessivamente político no Brasil", criticou o parlamentar cassado.

O ex-procurador da Lava Jato também fez críticas à atuação da Suprema Corte. Segundo ele, o STF tem se colocado acima dos outros

Poderes Constituídos, invadindo competências do Congresso Nacional com suas decisões.

"A legitimidade de um tribunal vem do caráter técnico das suas decisões, de aplicar a lei e não de fazer política. O que a gente vê é uma perturbação e um desequilíbrio de poderes no Brasil, em que o Supremo tem se colocado acima dos outros Poderes, inclusive invadindo competências do Congresso Nacional, com a descriminalização do aborto, com a descriminalização das drogas e com a destruição do marco temporal prejudicando todo o agronegócio, que nós sabemos que aqui no Mato Grosso é muito pujante", criticou.

Mais que reclamar, Dallagnol convidou a população de Mato

Grosso a assinar abaixo-assinado do Partido Novo contra a indicação de Flávio Dino para a vaga no STF.

"Eu convido você a assinar o abaixo-assinado do Novo e somar a centenas de milhares de brasileiros que decidiram não só se indignar, não só ficar reclamando no futuro, mas agir, sair da inércia e partir para a ação. Porque isso é efeito novo, de pessoas que acreditam que podem fazer a diferença e dão o passo adiante para transformar o Brasil. Às vezes você pode achar que pessoas como eu, pessoas como governadores, prefeitos, senadores, deputados, são os protagonistas da mudança, mas o grande protagonista é o cidadão brasileiro", concluiu.



Segundo Deltan, Flávio Dino no STF será uma mistura de Alexandre de Moraes com Gilmar Mendes

INTERESSE DA SOCIEDADE

STF libera exposição de pedófilos e agressores

Da redação

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter, parcialmente, as leis estaduais 10.315/2015 e 10.915/2019, que criaram, respectivamente, o cadastro estadual de pedófilos e a lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher. A ação foi proposta no ano de 2020 pelo governador Mauro Mendes (União), que argumentou que os cadastros criam um novo efeito da condenação, além dos já previstos no Código Penal e na legislação criminal.

Relator do processo, Moraes justificou que a disponibilização das informações dos cadastros deve ficar restrita aos órgãos públicos, a

critério da Secretaria Estadual de Segurança em seu sítio eletrônico, até que "sobrevenha a condenação penal dos réus" de crimes contra crianças e adolescentes, ou o trânsito em julgado da sentença condenatória de violência de gênero. Somente após a condenação final as listas podem passar a ser abertas ao público geral.

O ministro pontua ainda que a exposição desses condenados pode inclusive contribuir para o encaminhamento de novas investigações penais, além de constituir informação de interesse da própria sociedade, que tem o legítimo direito de conhecer e de se informar sobre a prática desses crimes em sua região.

"Delimitar que o Cadastro Estadual de pedófilos seja constituído a partir de dados do agente "já condenado" atende à finalidade pretendida e mantém resguardado um instrumento adequado e eficaz para os órgãos de segurança pública estadual, sem ofender o direito fundamental. [...] Conforme à Constituição da República, considerando que o termo condenado refira-se àquele que tenha tido contra ele sentença penal condenatória na espécie descrita com trânsito em julgado", concluiu.

A maioria dos ministros foram contra o pedido do Governo do Estado. Os ministros Luís Roberto Barroso e André Mendonça acompanharam o voto

do relator. Carmen Lúcia, Gilmar Mendes, Edson Fachin, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Nu-

nes Marques acompanharam o relator, mas fizeram ressalvas. O único contrário ao voto

do relator foi o ministro Dias Toffoli, que concordou com a inconstitucionalidade da lei.

Antônio Cruz/Agência Brasil



Relator do processo, Moraes afirma que há interesse público na divulgação das listas de pedófilos e agressores condenados

INDICAÇÃO AO STF

Ministro da Justiça deve ter voto favorável do ministro Carlos Fávaro; voto de Jayme Campos ainda é considerado uma incógnita

Só Fagundes se declara contra Dino

Da redação

A indicação do ministro da Justiça, Flávio Dino, para o Supremo Tribunal Federal (STF), por enquanto, teria apenas um voto favorável dos 3 senadores mato-grossenses. Até o momento, 21 senadores já se declaram contrários à indicação de Dino. O ministro precisa de 41 votos favoráveis, entre os 81 senadores, para ir à Suprema Corte.

O único voto favorável de Mato Grosso deve vir do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD), caso ele repita a recente manobra de ser exonerado do cargo para participar da sabatina no Senado. Isso pode não ser necessário se a sua suplente, Margaret Buzetti (PSD), decidir votar a favor do indicado do presidente Lula.

O voto do senador Jayme Campos (União) ainda é uma incógnita. Apesar de dizer que ainda não decidiu seu voto, Jayme já fez elogios a Flávio Dino, apontando



Fagundes deve seguir o PL e votar contra Dino; Buzetti ou Fávaro devem votar a favor; voto de Jayme ainda é desconhecido

que ele possui notório saber jurídico, por já ter sido juiz federal, governador, deputado federal e senador.

Já o senador Wellington Fagundes (PL) é tido como um voto garantido contra Dino. Ele deve seguir as orientações de seu partido, que se posicionou contra a indica-

ção de Lula. Como líder de bancada, Fagundes foi o responsável por indicar os nomes que irão participar da sabatina.

"Cabe a nós, senadores, fazer a batina da indicação do presidente e votar. São duas etapas, a primeira é a Comissão de Constituição e Justiça e depois o plenário.

Eu como líder do Bloco Vanguarda já indiquei os nomes da Comissão de Constituição e Justiça do nosso partido. Eles terão a atuação para representar o partido na Comissão e no plenário também. Nós vamos ouvir, mas o PL já tem uma posição muito forte, que é votar contra a indi-

cação do Flávio Dino", afirmou.

Fagundes também fez elogios ao currículo de Dino, mas ressalta que o ministro será avaliado por sua atuação no Ministério da Justiça, que tem sido alvo de constantes críticas do PL.

"Ele tem uma carreira, foi juiz e foi gover-

nador, mas ele também tem a vertente política. Mas, isso não é crime. Vamos analisar a postura dele enquanto ministro da Justiça. Isso tudo nós vamos conversar e ouvir, mas a posição do partido é muito clara. Na história do Supremo Tribunal Federal, foram um ou dois nomes rejeitados, porque nós vivemos o presidencialismo, e é um sistema onde, no Brasil, o presidente tem uma força até maior do que um rei. E é um sistema em que o governo, principalmente o atual governo, tem usado muito para fazer as influências políticas, como aumentar ministérios para atender a demanda política, que às vezes nem sempre é a demanda da sociedade", concluiu.

Levantamento realizado pelo jornal O Globo aponta que Dino já tem votos favoráveis de 24 senadores. Ele deve conversar com as bancadas do MDB e do PSD para assegurar votos em favor de sua candidatura ao STF.

FIM DA INTERVENÇÃO

Interventora pede grupo de transição na Saúde

Da redação

A interventora Danielle Carmona Bertucini disse que aguarda o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) indicar os nomes que irão compor o grupo de transição para retomar a Saúde de Cuiabá. A pasta está sob intervenção do Estado desde o dia 15 de março deste ano, por decisão colegiada do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que também decidiu prorrogar até o dia 31 de dezembro.

A intervenção foi decretada pela Justiça atendendo a pedido do Ministério Público do Estado, que apontou "completa calamidade pública" na Saúde de Cuiabá, após denúncias de falta de medicamentos e médicos nas

unidades, entre outras coisas.

"A nossa expectativa é que já houvesse o início dessa transição para que a gente possa passar pra quem for assumir todas essas ações para que não ocorra interrupção desses serviços. Mas, até o momento, não temos os nomes de como se dará. Já solicitamos que ocorra essa transição mesmo que seja na última semana de dezembro porque é importante para a continuidade dos serviços. Porém, até agora, não temos nomes e nem quando será feito. Isso depende da Prefeitura e dos órgãos de controle. Isso é uma obrigação da Prefeitura indicar os membros para fazer essa transição", explicou.

Carmona falou ainda que teme o retorno do

caos na Saúde de Cuiabá com a restituição da gestão para Emanuel Pinheiro. Ela destaca que em 90 dias foi possível colocar a "Saúde nos trilhos" e que já não há ninguém dizendo que "pessoas estão morrendo igual baratas".

"A gente teme o caos voltar por causa do histórico e vai ser muito triste se realmente isso acontecer. Nós conseguimos provar que com 9 meses e com [boa] gestão é possível colocar a saúde nos trilhos. Não está 100% porque o tempo foi muito curto, mas ninguém escuta que tem pessoas morrendo igual baratas fossem, como disse o judiciário", comentou.

A interventora conta ainda que nos 90 dias de gestão na Saúde foi

possível garantir atendimento médico, medicamentos e realizar mais de 60 procedimentos cirúrgicos e zerando demandas reprimidas.

"Garantimos medicamentos, temos profissionais atendendo, estamos cumprindo as decisões judiciais, reduzimos a fila de cirurgia e hoje, nós temos mais 60 procedimentos cirúrgicos zerados sem demanda reprimida. São muitos avanços realizados pelo Gabinete de Intervenção. Conseguimos mais de R\$ 56 milhões de incremento no custeio no Fundo Municipal de Saúde. São várias ações que conseguimos através de gestão, de reconhecimento de um trabalho sério e honesto e que eu espero que continue", finalizou.



Carmona diz que teme a volta do caos na Saúde de Cuiabá com a restituição da gestão para a Prefeitura

ELEIÇÕES 2024

Mauro Mendes reafirma apoio à candidatura de Garcia



Mauro diz que consultou Botelho no ano passado sobre candidatura a prefeito, antes de se comprometer com Garcia

Da redação

Presidente estadual do União Brasil, o governador Mauro Mendes afirmou que mantém seu compromisso, firmado ainda no ano passado, de apoiar uma eventual candidatura do deputado federal Fábio Garcia para que a Prefeitura de Cuiabá. Mauro ainda garantiu que não vai trair Garcia em favor do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, que também tenta lançar sua candidatura dentro do União Brasil.

Mauro afirma que havia procurado o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, no ano passado, para saber se ele teria pretensões em disputar o Palácio Alencastro.

"O Botelho chegou no ano passado e disse para mim, e disse por duas vezes, que não seria candidato. O Fábio chegou e disse que iria ser candidato. Eu perguntei para algumas pessoas próximas a mim, do meu grupo político e todas disseram que não. Então, eu assumi o compromisso com o Fábio que eu iria apoiá-lo. Isso foi no ano passado", comentou Mauro, em entrevista ao Pod Andersen Navarro.

O governador comentou que foi 'pego de surpresa' pela pré-candidatura de Botelho e lamentou que o deputado não tenha avisado com antecedência o seu desejo de disputar a Prefeitura de Cuiabá.

"Neste ano, em fevereiro, Botelho começou a fazer campanha nos

bairros como se a eleição fosse daqui a 60 dias. Um dia, eu não aguentei e chamei ele [Botelho], porque não falava nada. E eu falei, 'e aí Botelho, você está fazendo campanha, que história é essa?'. E ele respondeu 'é, resolvi'", explicou.

Mauro contou ainda que chegou a dizer ao presidente da Assembleia que essa mudança de posição poderia deixá-lo em uma "saída justa", pois já havia feito o compromisso com Fábio Garcia.

"Eu tenho um problema agora, não é fácil construir uma solução. Se Fábio não desistir, eu tenho compromisso com o Fábio, eu já repeti isso mais de 10 mil vezes. É essa a história", concluiu.

Nas últimas semanas, Botelho afirmou

que Mauro lhe pediu para chegar a um consenso com Garcia. Ambos tentam convencer a direção do partido para se lançarem candidatos a prefeito em Cuiabá, mas o governador espera que um dos dois desista de sua pretensão.

O cabo de guerra entre Botelho e Garcia tem causado desgastes dentro do partido. Enquanto Garcia tem o apoio declarado de Mauro, Botelho goza do apoio dos irmãos Campos - o senador Jayme e o deputado estadual Júlio -, bem como da bancada estadual do partido. Além disso, Botelho já deixou avisado que pode deixar a sigla para buscar outra que apoie sua candidatura, o que poderia causar uma debandada no União Brasil.

AÇÃO NO STF

Órgão reconhece possibilidade de o Estado proibir a pesca, mas aponta exagero na lei e questiona ausência de estudos para justificá-la

PGR vê exagero no Transporte Zero

Gabriel Soares

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se favorável à derrubada do trecho da Lei do Transporte Zero que efetivamente proíbe a pesca em Mato Grosso pelo prazo de 5 anos. Em parecer apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o órgão aponta que houve exagero do Governo do Estado na medida, pois a proteção do estoque pesqueiro de Mato Grosso poderia ser feita por meio de medidas menos proibitivas.

A manifestação foi feita em ação movida pelo Diretório Nacional do MDB contra a Lei do Transporte Zero, aprovada em junho deste ano, que proíbe o transporte, comercialização e armazenamento de pescado dos rios de Mato Grosso por cinco anos.

Ao analisar o pedido, a PGR apontou que não há inconstitucionalidade formal na iniciativa do Estado, uma vez que a Constituição Federal

permite que os entes federativos criem leis ambientais mais restritivas de acordo com suas peculiaridades regionais.

“Diante desse quadro, constata-se que o legislador mato-grossense, observando as peculiaridades locais, atuou de forma suplementar, visando ao atendimento das peculiaridades locais”, apontou a PGR.

Porém, a procuradora-geral da República, Elizeta Maria de Paiva Ramos, considera que houve “restrição exacerbada, desarrazoada e desproporcional” na proibição pelo prazo de cinco anos. Ela aponta que a medida impacta o estilo de vida das comunidades ribeirinhas, afetando também o sustento econômico dos pescadores artesanais, o que fere o direito fundamental de liberdade do exercício profissional.

Ramos aponta ainda que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa não apresentaram estudos técnicos necessários para justificar a

proibição, limitando-se a explicar sua necessidade nos autos do processo. Por outro lado, a PGR indica que o Ministério da Pesca apresentou nota técnica que comprova a desnecessidade da proibição, bem como os impactos negativos da medida na vida de mais de 15 mil famílias que sobrevivem da pesca em Mato Grosso.

Evidenciou ainda que não há comprovação nos autos de que foi realizada a consulta prévia e informada das populações tradicionais que seriam afetadas pela medida, como determinam acordos internacionais aos quais o Brasil aderiu. E mesmo que houvesse, não há garantia de que seria uma consulta informada, devido à falta de evidências de estudos técnicos sobre o assunto.

“A pretendida estabilização é passível de promoção por outros meios menos restritivos e mais eficazes. A começar, por exemplo, pela realização de estudos científicos e monitoramento



Gilberto Leite

Parecer da PGR afirma que houve exagero em proibição da pesca por 5 anos em MT

contínuo da região, de forma a determinar a duração ideal da restrição, implementação de cotas de pesca, elaboração de regulamentações mais rígidas para evitar a pesca ilegal, bem como a participação das comunidades pesqueiras,

cientistas, especialistas em conservação e outros interessados na tomada de decisões relacionadas à proibição da atividade pesqueira”, concluiu.

A ação está sob relatoria do ministro André Mendonça e ainda não tem prazo para entrar

em julgamento. Porém, há um pedido de medida cautelar para que seja suspensa, imediatamente, a eficácia do dispositivo que resulta na proibição da pesca. A PGR se mostrou favorável à concessão da medida cautelar.

EFEITO ESTIAGENS

Fávaro negocia mais R\$ 500 mi para seguro rural

Gilberto Leite



De acordo com o ministro, em 2023, o valor reservado no Orçamento, de R\$ 933 milhões, já foi consumido

Agência Brasil

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, disse que negocia com a equipe econômica mais R\$ 500 milhões para o programa de subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A declaração foi dada durante audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

De acordo com o ministro, em 2023, o valor reservado no Orçamento, de R\$ 933 milhões, já foi consumido, mas há necessidade de mais recursos devido às dificuldades climáticas enfrentadas pelos produtores rurais e ao au-

mento do preço das apólices. “Não podemos fechar o ano sem aportar, pelo menos, mais R\$ 500 milhões para o seguro rural. É prioridade total e não há nenhuma insensibilidade do governo com relação a isso”, disse.

O seguro rural é um auxílio fornecido pelo governo federal para que o produtor possa contratar uma apólice para cobrir riscos à safra, como estiagens. O orçamento para essa ação tem girado em torno de R\$ 1 bilhão desde 2020.

O deputado Afonso Hamm (PP-RS) defendeu o fim do contingenciamento dos recursos reservados no Orçamento para o Prêmio do Seguro Rural. Ele é autor de

um projeto de lei nesse sentido que tramita na Câmara, o PL 1511/23. “É muito importantes evoluirmos para que não possa haver cortes. Hoje, o seguro agrícola é um faz-de-conta”, disse.

LEITE - Durante a audiência, deputados pediram apoio do ministro à cadeia do leite, que enfrenta crise devido à alta das importações e à queda do preço aos produtores brasileiros. Em outubro, um decreto passou a conceder benefício fiscal às empresas de laticínios ou cooperativas que comprem leite no Brasil. O texto, entretanto, prevê um prazo de 90 dias para que mudança tributária entre em vigor e os efeitos do decreto só

entram em vigor no fim de janeiro.

O deputado Domingos Sávio (PL-MG) lamentou que o decreto editado para ajudar o segmento só vá produzir efeitos a partir de janeiro. Para o parlamentar, a existência do prazo incentivou os importadores a fazerem estoques de leite, prejudicando ainda mais o segmento nacional. “Isso agravou o problema, porque aí aumenta a importação”, disse.

O ministro da Agricultura reconheceu que houve aumento nas importações após o decreto. Outros deputados, como Welter (PT-PR) e Zé Trovão (PL-SC), também criticaram a chamada noventena e pediram mais apoio à cadeia leiteira.

CARREIRA MILITAR

AL vê erro da PGR em ação contra cota feminina

Gabriel Soares

A Assembleia Legislativa apontou erro de interpretação da Procuradoria-Geral da República (PGR) na Ação Direta de Inconstitucionalidade que tenta derrubar as leis complementares estaduais que estabeleceram cota para mulheres nos concursos públicos para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso. A manifestação da Assembleia foi apresentada nesta quarta-feira, 6 de dezembro, fora do prazo de 10 dias estabelecido pelo relator do caso, ministro Cristiano Zanin.

A ação questiona as leis complementares 529 e 530, ambas do Estado de Mato Grosso, que fixam porcentagem de 20% para candidatas mulheres nos concursos públicos da Polícia Militar e 10% para o Corpo

de Bombeiros Militar.

Segundo o procurador-geral da Assembleia Legislativa, Ricardo Riva, a PGR interpretou erroneamente a lei estadual. Em manifestação ao STF, a Assembleia aponta que o Estatuto dos Militares de Mato Grosso não contém nenhuma distinção de qualquer natureza ao ingresso na carreira militar. Riva aponta ainda que o estatuto não estabelece nenhum impedimento ou discriminação quanto ao gênero dos candidatos e, por isso, as leis contestadas pela PGR criam uma cota mínima para aprovação e não um limite máximo.

“Ao contrário do que sustenta o ilustre Procurador-Geral da República, tanto a Lei Complementar nº 529/2014, quanto a Lei Complementar nº 530/2014, ambas do Estado de Mato Grosso, não restringem

o acesso de candidatas do sexo feminino às carreiras militar do Estado de Mato Grosso, mas fixam um percentual mínimo para ingresso de mulheres nos concursos públicos para os Quadros de Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, respectivamente”, enfatizou.

O procurador aponta ainda que existe entendimento já assentado no STF em favor de ações afirmativas que ajudem a promover a diversidade de gênero e a inclusão da mulher no mercado de trabalho.

“Por essa razão, resta evidente que as normas combatidas buscam resguardar um quantitativo mínimo de vagas oferecidas às mulheres, com vistas a garantir a observância do princípio da igualdade material, motivo pelo qual se defende a constitucionalidade

das normas, pugnando-se pela impropriedade dos pedidos aduzidos na inicial”, argumentou.

Como alternativa ao indeferimento da ação, o procurador propõe que seja a adotada técnica de interpretação conforme a Constituição, para excluir outras hipóteses de interpretação dessas leis.

DISCORDÂNCIA - Não foi apenas a PGR que interpretou as leis estaduais como uma restrição à participação das mulheres nos concursos das carreiras militares em Mato Grosso. Consultada pelo STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) também se manifestou contra as leis estaduais, sob o argumento de que elas criam uma barreira injustificada para o ingresso das mulheres.

A AGU chegou a analisar o parecer do Corpo de Bombeiros, que já

avia destacado as cotas como uma ação afirmativa para garantir o ingresso de mulheres na corporação, mas ainda

assim seguiu a interpretação da PGR.

O processo foi remetido à PGR, para se manifestar nos autos.

Gilberto Leite



Assembleia aponta que cota estabelece um número mínimo de mulheres e não um limite máximo, como argumenta a PGR

VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

A respeito dos homicídios de mulheres, que ainda não foram tipificados como feminicídio, os líderes são Cuiabá, Cáceres, Sorriso e Peixoto de Azevedo

Número de mulheres mortas neste ano em MT já ultrapassou 2022

Da redação

O ano ainda não acabou e o número de homicídios contra mulheres, incluindo feminicídios, já é maior que o registrado em 2022 e em 2021. Em números, foram 94 mulheres mortas até novembro deste ano. Deste número, 52 casos ainda são classificados como homicídio de mulheres e 42 são tipificados como feminicídio (entenda a diferença abaixo).

Os dados foram obtidos em primeira mão pela reportagem do Estadão Mato Grosso, que entrevistou a delegada Jannira Laranjeira, coordenadora do plantão de atendimento 24 horas às vítimas de violência doméstica e sexual em Cuiabá, na tarde de quarta-feira (6).

"Homicídio é quando a investigação não apontou que a mulher morreu em decorrência do gênero, morreu por ação de seu companheiro, dentro de uma relação de afeto, e o feminicídio é o inverso, que é justamente a morte de mulheres em razão do gênero, por ser mulher", explicou a delegada.

Os dados obtidos pela reportagem compreendem o período de janeiro a novembro deste ano e os municípios que lideram a lista de feminicídios são Cuiabá e Sorriso, com cinco feminicídios cada; Cáceres, com quatro; e os municípios de Mirassol D'Oeste e Sinop, com três feminicídios, cada.

A respeito dos homicídios de mulheres, que ainda não foram tipificados como feminicídio, os líderes são Cuiabá, Cáceres, Sorriso e Peixoto de Azevedo, os quatro com três ocorrências cada um.

Em 2022, o estado contabilizou 51 homicídios de mulheres e 41 feminicídios. Já em 2021, foram 41 do primeiro e 40 do segundo.

Questionada, a delegada destaca que são vários fatores que impulsionaram o aumento dos números, mas os principais ainda são o machismo e a estrutura social arcaica, que é combustível para a violência contra a mulher, que leva aos casos extremos de homicídio de mulheres e o feminicídio.

"A falta de educação, de consciência, a cultura machista, a cultura patriarcal da nossa sociedade que tem feito cada vez mais vítimas mulheres, meninas e mulheres. Se a gente visualizar os crimes sexuais, também teve aumento. Então assim, é perigoso para a mulher hoje a sociedade. Nós, desde sempre né, nós temos que nos cuidar com o que vestir, com quem



Segundo a delegada Jannira Laranjeira, vários fatores impulsionaram o aumento dos números, mas o principal ainda é o machismo

sair, onde sair e não sair sozinha porque sempre, nossos corpos e nossa dignidade sexual não é respeitada", pontuou a delegada.

EPISÓDIOS BÁRBAROS - Se destacando na cruel estatística da violência contra a mulher, estão três episódios brutais de feminicídio, dois registrados em Cuiabá e um terceiro em Sorriso.

O primeiro é de Carlos Alberto Gomes Bezerra, o Carlinhos Bezerra, filho do ex-deputado e ex-governador, Carlos Bezerra (MDB), que assassinou Thays Machado e William César Moreno, na tarde do dia

18 de janeiro deste ano. A motivação do crime, segundo apontado pela investigação, seria a não aceitação do término do relacionamento.

Carlinhos, inclusive, estava perseguindo o casal desde muito antes, chegando a perseguir os dois até o aeroporto de Cuiabá até a Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) alguns dias antes do crime.

Ao ser preso, Carlinhos confessou a autoria do crime, mas se recusou a dar detalhes. Ele afirmou que sofria de neuropatia diabética e, por isso, passava

por uma 'descompensa emocional'.

Atualmente, Carlinhos está em prisão domiciliar após um Habeas Corpus concedido em uma decisão unânime, a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

O segundo caso em destaque foi do ex-policia Almir Monteiro dos Reis de 49 anos. Ele é o responsável pelo estupro e feminicídio da advogada Cristiane Castrollon da Fonseca Tirloini, na madrugada do dia 13 de agosto deste ano.

À época da prisão, o juiz Geraldo Fidélis,

da 2ª Vara Criminal de Cuiabá, chegou a determinar a transferência imediata do ex-policia para a Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães, com objetivo de resguardar sua integridade física. Cinco dias depois, no entanto, Almir voltou à PCE, onde segue desde então.

Conforme noticiado pela reportagem do Estadão Mato Grosso, à época do crime, Almir teria assassinado Cristiane após ela se recusar a fazer sexo anal. A informação foi divulgada pelo delegado Marcel Gomes de Oliveira, da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), em entrevista coletiva realizada poucos dias após o crime.

O último da lista é o "Maníaco de Sorriso", Gilberto Rodrigues dos Santos, que chocou o estado por confessar a autoria de uma chacina contra uma família em Sorriso. Gilberto confessou que matou uma mulher e suas três filhas, além de abusar sexual de três das quatro vítimas enquanto elas ainda agonizavam. O crime bárbaro foi registrado no fim do mês de novembro.

Assim como Almir, Gilberto também está preso na Penitenciária Central do Estado (PCE), em uma cela isolada por segurança.

MEDIDA PRORROGADA

Queimadas no Pantanal estão proibidas até o final do ano

Da redação

O Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (Sema-MT), anunciou a prorrogação do período proibitivo de queimadas para a limpeza e manejo de áreas no bioma Pantanal até 31 de dezembro. A medida visa mitigar os efeitos adversos dos incêndios florestais na região, considerando a falta de consolidação das chuvas.

A decisão foi oficializada pelo Decreto nº 602/2023, publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado do dia 30 de novembro. A prorrogação foi embasada no

parecer técnico do Comitê Estadual de Gestão do Fogo (CEGF/SEMA) e nas recomendações do Comitê Estratégico para o Combate do Desmatamento Ilegal, a Exploração Florestal Ilegal e aos Incêndios Florestais (CEDIF-MT) do Estado.

Alex Marega, secretário adjunto Executivo da Sema-MT, destacou a importância da medida, afirmando que "o Governo de Mato Grosso entende como importante e prudente manter, no Pantanal, a proibição do período de queimadas para a limpeza e manejo de áreas, visto que as chuvas ainda não se consolidaram."

Apesar de o incêndio que atingiu o Pantanal mato-grossense desde outubro ser considerado controlado desde 20 de novembro, equipes de agentes continuam no local realizando trabalhos preventivos para a completa extinção das chamas. O Corpo de Bombeiros tem empregado tecnologia avançada, incluindo imagens de satélites de alta precisão na Sala de Situação Central, no Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), em Cuiabá, para monitorar o bioma e orientar as equipes em campo.

No restante do Estado, fora do bioma Pantanal, o período de proibição de

queimadas encerrou em 30 de novembro. Contudo, a queima controlada para a limpeza e manejo de áreas só pode ocorrer com a devida autorização da Sema-MT, que pode ser solicitada através do preenchimento dos requisitos técnicos e formulários do Termo de Referência disponíveis no site www.sema.mt.gov.br.

A Sema-MT mantém canais de denúncia para crimes ambientais e pescas predatórias. A população pode entrar em contato pela Ouvidoria, no telefone 0800 065 3838, pelo e-mail ouvidoria@sema.mt.gov.br, pelo WhatsApp (65) 98153-0255 e nas Uni-

dades Regionais. Além disso, a Polícia Militar atende denúncias de crimes ambientais pelo número 190.

DESINFORMAÇÃO - O coronel Alessandro Borges, do Corpo de Bombeiros, revelou que as queimadas deste ano atingiram 10% do Pantanal e não podem ser comparadas com o incêndio de 2020. Em entrevista à imprensa no último dia 27, o militar deixa claro que as comparações são falsas. O coronel também revelou que vai manter a equipe disponível no Pantanal mesmo após as chuvas.

"Muita desinformação, de que o fogo do pan-

tanal teria seria a mesma que a do que a de 2020, não chegou nem perto. Nós tivemos em 2020 uma situação muito crítica, queimou muito mais área no pantanal, mas dessa vez tivemos por volta de 10%, lógico que ninguém fica satisfeito porque um fogo pode trazer impactos com a fauna, flora e na saúde da população", afirmou.

Segundo o coronel, os incêndios de 2020 destruíram 40% do território pantaneiro, quatro vezes pior que o deste ano. E o motivo dos incêndios em outubro foram três raios que caíram na vegetação seca e se propagaram com rapidez.

NATAL DA GENTE 2023

Carreta irá percorrer bairros levando o espírito natalino

Da redação

A edição do "Natal da Gente 2023" percorrerá dez bairros da capital por meio de uma carreta de 15 metros, com decoração, iluminação, chuva de neve e um presépio, além, é claro, do Papai Noel. A estrutura contará com acessibilidade para pessoas com dificuldade de mobilidade. O lançamento oficial ocorre no próximo domingo, 10 de dezembro, no Parque das Águas.

"Cada elemento está sendo cuidadosamente pensado para criar uma experiência única, guiada pelos princípios de excelência, equidade e humanidade. Será uma grande festa natalina", declarou o prefeito Emanuel Pinheiro.

A abertura contará com a participação talentosa do coral do Programa Siminina, juntamente com diversas atrações artísticas e culturais, culminando com a emocionante "Cantata de Natal" apresentada

pelo Coral da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), prometendo emocionar a todos e encerrar a noite festiva às 22h.

"A medida que a carreta percorre os bairros, a alegria se espalha, permitindo que a criançada realize seus pedidos ao Papai Noel e testemunhe de perto a magia do Natal. A acessibilidade para pessoas com dificuldade de mobilidade demonstra o comprometimento em incluir todos na festividade", acrescentou o

secretário municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Aluizio Leite.

A região Sul será a primeira contemplada com programação na segunda-feira (11), na Praça Cultura do Pedra 90. No dia 12 (terça-feira), a Avenida Espigão/Tijucal será iluminada com as luzes do Natal da Gente 2023. Em seguida, será a vez dos moradores da região Oeste. A Praça Cultural do Parque Cuiabá será o cenário mágico no dia 13, seguida pelo Campo do Areão/

Santa Isabel no dia 14 de dezembro. A programação terá início sempre às 19h até as 22h.

No bairro do Distrito do Coxipó, região Norte da capital, a carreta estará no local para fazer a alegria dos moradores com muita música, alegria e diversão. Entre os dias 16 e 17, as festividades ocorrerão no campo de futebol do bairro Jardim União e no campo de futebol do bairro Três Barras.

Os moradores do CPA I também irão receber

a visita do Papai Noel. O local escolhido foi a praça próxima ao Terminal, no dia 18 de dezembro. Lembrando que a programação começa às 19h. Na terça-feira (19), a carreta estará no bairro Campo Velho. E, para encerrar, no dia 20 (quarta-feira), a ação do Natal da Gente 2023 será no Parque Tia Nair.

Todas as ações serão realizadas por meio de parceria com as concessionárias Águas Cuiabá, Energisa Mato Grosso e as lojas O Boticário.

“GUERRA FISCAL REVERSA”

Mauro garante que vai manter alíquota atual do ICMS e tenta articular com deputados para mudar critério de compensação da reforma tributária

Governo desiste de aumentar imposto

Da redação

O governador Mauro Mendes (União Brasil) anunciou nesta quarta-feira, 6 de dezembro, que o Estado não irá aderir ao movimento nacional de aumento da alíquota modal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS). Com isso, Mato Grosso vai na contramão de outros 22 estados que já elevaram as alíquotas modais de ICMS. O governo já havia iniciado conversas com o setor produtivo para elevar em dois pontos percentuais a alíquota modal, mas Mauro desistiu da ideia.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, Mauro afirma que vai lutar para manter em 17% a alíquota modal do imposto estadual. O governador avalia que o aumento de imposto representa uma guerra fiscal muito equivocada entre os estados brasileiros, incentivada por um dispositivo da reforma tributária.

“O Governo do estado de Mato Grosso, ele não vai fazer um aumento da carga tributária agora no final do ano, a exemplo daquilo que está acontecendo em grande parte dos estados brasileiros [...] Muitos estados brasileiros começaram a aumentar os seus im-



Segundo Mauro, dispositivo da reforma tributária criou ‘guerra fiscal reversa’, estimulando alta de impostos no país

postos e saíram de 17%, que é a alíquota base do ICMS, para 18% e alguns chegaram a 20%. O Estado de Mato Grosso não vai entrar nessa guerra fiscal ao contrário, ou seja, elevando os impostos para tentar preservar uma regra, que ao meu ver é muito equivocada”, explicou o governador.

O movimento de aumento do ICMS acontece em todo o país e é provocado por um dis-

positivo da reforma tributária que estabelece que a receita média obtida no período de 2024 a 2028 será usada como referência para calcular as participações de cada Estado na arrecadação do futuro IBS (Imposto sobre Bens e serviços, que será criado com a reforma tributária).

“Esse é um dispositivo que estimula os estados brasileiros a aumentarem o ICMS nesse

período, penalizando o cidadão, o contribuinte, as empresas. Não é possível que a primeira consequência prática da Reforma seja o aumento da carga tributária”, criticou Mauro.

O governador afirmou que Mato Grosso vai se manter contrário ao movimento de aumento de impostos e pediu aos deputados federais para derrubarem a regra durante a votação da

reforma na Câmara dos Deputados.

De acordo com o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, é possível que seja reeditada uma emenda do Senado Federal que previa como critério para compensação a média da arrecadação de ICMS nos exercícios passados, de 2021 e 2022, a fim de evitar que a população seja penalizada.

“Dessa forma, quem ainda não aumentou seus impostos não precisará aumentar, porque não será prejudicado pela regra de transição proposta na Reforma Tributária”, explicou.

ENTENDA - O governo do Estado pretendia encaminhar ainda neste ano, à Assembleia Legislativa, um projeto de lei para aumentar em dois pontos percentuais a alíquota modal do ICMS. Com a mudança, o imposto passaria dos atuais 17% para 19%.

O secretário de Fazenda, Rogério Gallo, se reuniu na manhã de segunda-feira, 4 de dezembro, com representantes dos segmentos industrial, comercial, de prestação de serviços e agropecuário. O encontro aconteceu na sede da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), em Cuiabá. Po-

rém, a proposta não foi bem recebida pelos setores produtivos.

A mesma discussão está sendo realizada em outros seis Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Por lá, os governadores enfrentam resistência das Assembleias Legislativas para aprovação da medida, que é impopular, pois mexe no bolso dos contribuintes.

Outros Estados já anteciparam essas mudanças, como é o caso do Maranhão, onde foram realizados dois aumentos na alíquota modal do ICMS desde o final de 2022. No caso do Maranhão, a alíquota subiu de 18% para 20% no primeiro momento e foi novamente elevada para 22% na última semana.

Até o momento, 22 Estados, incluindo o Distrito Federal, já decidiram aumentar a alíquota de ICMS para 2023 e 2024. São eles: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

DESENROLA BRASIL

Governo vai prorrogar programa por três meses

Luciano Nascimento/ABR

O governo federal vai prorrogar o Desenrola por mais três meses. O programa de renegociação de dívidas termina no dia 31 de dezembro. Segundo informou na quarta-feira (6) o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, o governo vai mandar para o Congresso Nacional na próxima semana uma Medida Provisória estendendo o programa para os três primeiros meses de 2024 e, também, deve eliminar o requisito de ter uma conta Gov.br prata ou ouro para acessar a plataforma.

O Desenrola abrange dívidas negativadas entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022.

“A gente quer estender [o Desenrola] por mais alguns meses no ano seguinte, para três meses para a gente poder beneficiar toda a população”, disse Pinto.

De acordo com o secretário, o ministério está discutindo com os bancos e a B3 uma forma de suprimir o requisito de ter conta prata ou ouro, mas que mantenha o grau de segurança da plataforma. O objetivo é facilitar o acesso de mais pessoas à plataforma.

“A gente não acha que esse [grau prata ou ouro] seja o maior empecilho para as negociações acontecerem num ritmo ótimo, mas a gente acredita que é um ponto que pode causar algum entrave para al-

gumas pessoas. Então a gente quer abrir mão desse requisito e trabalhar com os bancos uma solução de segurança”, afirmou.

O secretário disse que, após o período de extensão do programa, o governo estuda manter a plataforma do Desenrola no ar para que credores e devedores continuem a negociar, mas sem a garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), fundo do Tesouro Nacional que cobre eventuais calotes de quem aderir à renegociação.

Desde o início de outubro, a Faixa 1 do Desenrola renegocia dívidas de até R\$ 5 mil na plataforma desenvolvida pela B3, no site. A portaria que regulamenta o programa define que, se após os 40 primeiros dias, o refinanciamento seria ampliado para débitos de até R\$ 20 mil, como ocorre no momento.

“A gente não quer manter o fundo garantidor, mas quer manter a plataforma. A gente viu muita renegociação de dívidas ocorrer à vista e nos surpreendeu o volume. Como o valor das dívidas, em geral, é pequeno, muitas vezes o credor quer dar desconto e o devedor, com aquele desconto, estaria disposto a fazer o pagamento, mas é muito caro para eles se encontrarem dado o valor da dívida. A plataforma é um legado que fica para a sociedade para se fazer isso”, explicou.

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrrias de ALUMINÍO

Vidraçaria & Serralheria

LINHAS:

- ⊗ Suprema
- ⊗ Gold
- ⊗ 30 Infinite
- ⊗ 42 Reforçada

CORES:

- ⊗ Bronze
- ⊗ Branca
- ⊗ Prata Fosco
- ⊗ Amadeirado
- ⊗ Preto

SERRALHERIA COMPLETA
Máquinas de última geração

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

- ⊗ Envidraçamento de Sacadas
- ⊗ Box para Banheiro
- ⊗ Espelhos
- ⊗ Coberturas de Vidro
- ⊗ Guarda-Corpo de Vidro
- ⊗ Esquadrrias de Alumínio
- ⊗ E muito mais...

Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285
Bosque da Saúde, Cuiabá – MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

BIODIESEL

Indústria de MT prevê benefícios com a criação do programa Combustível do Futuro, que pretende estimular a produção de biocombustíveis

Governo pode elevar mistura a 25%

Da redação

A adição gradativa de biodiesel ao diesel fóssil é uma alternativa eficaz para fomentar a mobilidade sustentável com baixa emissão de carbono e ainda contribuir para que o Brasil alcance os objetivos globais de redução de emissão de gases do efeito estufa.

Está em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4516/23, chamado de "Programa do Combustível do Futuro", que pretende aumentar a margem de mistura obrigatória de biodiesel, hoje entre 6% e 15%, para 10% a 25%. A iniciativa é do Ministério de Minas e Energia (MME) que também avalia as questões de viabilidade técnica e econômica para implantação da mudança.

Com o programa Combustível do Futuro, o Brasil reafirma seu compromisso com a liderança na transição energética e na luta contra o aquecimento global e Mato Grosso tem papel fundamental nesta transição energética.

"Como há muito tempo temos defendido, o uso do biodiesel traz uma série de benefícios ambientais, sociais e econômicos que vão desde a geração de novos postos de trabalho, redução de gases de efeito estufa, desenvolvimento regional e conexão entre cadeias produtivas", pontua Rodrigo Guerra, vice-presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt) e do Sindicato das Indústrias de Biodiesel de Mato Grosso (SindiBio -MT).

Na segunda-feira (4), o ministro do MME, Alexandre Silveira, anunciou durante o painel sobre combustível do futuro na COP 28, em Dubai, os recursos que serão aplicados até 2037 e para desenvolver a produção e uso de combustíveis sustentáveis.

"É extremamente possível que a gente chegue até 25% [de biodiesel] na mistura com o tempo, dependente de decisão do Conselho Nacional de Política Energética", enfatizou o ministro, ao anunciar o investimento de R\$ 200 bilhões para o



Aumento do teor de biodiesel na mistura pode beneficiar MT com a industrialização da produção agrícola

setor de biocombustíveis no Brasil.

O presidente da Fiemt, Silvio Rangel, também participa da COP28 e nesta semana representou o estado no debate sobre indústria e sustentabilidade.

"É possível aliar o desenvolvimento econô-

mico à sustentabilidade e o aumento da mistura de biodiesel é uma atitude prática nesta agenda já que além de contribuir na descarbonização da economia fortalece a cadeia de alimentos", declara o presidente que durante a programação da COP 28 se reuniu com

o ministro Alexandre Silveira.

PROTAGONISTA - Mato Grosso tem papel fundamental para contribuir nessa transição energética já que o estado é líder na produção de soja, uma das matérias-primas mais importantes para a produção des-

se biocombustível, além de possuir 15 usinas que têm capacidade autorizada de produção anual de 2,6 bilhões de litros.

Por isso, o SindiBio-MT e a Fiemt apoiam a iniciativa do Governo Federal e tem trabalhado junto pela aprovação desse projeto. De acordo com SindiBio-MT, a agregação de valor da industrialização da soja em Mato Grosso chega a 70%. Ou seja, uma tonelada de soja in natura comercializada tem valor de R\$ 2.742,28. Se essa mesma quantidade de grão for transformada em biodiesel com os seus subprodutos, o valor de comercialização chega a R\$ 4.663,52.

Além disso, de acordo com o mesmo estudo produzido pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), cada emprego direto gerado pelo setor de biocombustível representa 91 empregos indiretos e outros 201 empregos induzidos. Esse efeito multiplicador é o maior, entre todas as atividades econômicas, registradas no estado.

PAGAMENTO POR PRESERVAÇÃO

O governador articula venda de créditos de carbono

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) aprofundou as negociações com o Governo de Singapura, voltadas à concretização da venda de créditos de carbono de Mato Grosso para aquele país. A reunião com o diretor de Energia e Políticas Climáticas do Ministério do Meio Ambiente de Singapura, Zhang Weijie, ocorreu na segunda-feira, 4 de dezembro, durante a 28ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 28.

"Da parte do Governo de Mato Grosso, temos todo interesse em estreitar as tratativas. Agora vamos estabelecer uma agenda de compromissos de próximos passos, para caminhar nessa direção", afirmou o governador.

O mercado de carbono funciona com a venda

de créditos excedentes de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Assim, empresas, países, Estados que ultrapassam a meta de redução das emissões de carbono podem vender esse excedente.

Mauro Mendes adiantou que irá fazer um levantamento do potencial de Mato Grosso em criar esses créditos, de forma a viabilizar e inserir Mato Grosso nesse mercado.

Já ficou acertado que o Governo de Mato Grosso e o Governo de Singapura irão assinar um memorando de entendimento para dar início às tratativas.

"Conheço e admiro muito a história de Singapura, que deixou de ser uma ilha muito pobre e se transformou em um país extraordinário. Singapura trata esse tema de forma muito séria e objetiva e vamos

acelerar esse trabalho de quantificar e buscar as certificações", registrou.

O diretor Zhang Weijie explicou que Singapura possui metas sólidas de redução de carbono e por isso tem muito interesse de comprar os créditos produzidos pelo desmatamento evitado em Mato Grosso.

"Mato Grosso tem três biomas e isso traz uma grande viabilidade de criar um estoque para que possamos comprar. Nós estamos na COP 28 para fazer negócios e precisamos realizar essas compras", pontuou.

Zhang relatou que a compra de créditos de carbono em Singapura é uma política de Estado, que precisa ser cumprida não só pelo Governo, mas pela iniciativa privada. O diretor adiantou que a demanda do país é de 5 megatoneladas de carbono por ano, e parte

disso pode ser vendida por Mato Grosso.

"Trabalhamos de forma muito séria com as empresas que adquirem créditos. Na nossa

lei, elas precisam pagar impostos em dinheiro e também em créditos de carbono", disse.

Também participaram da reunião a secre-

tária de Estado de Meio Ambiente local, Mauren Lazaretti, e o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, César Miranda.



Mauro se reuniu com o governo de Singapura nesta segunda, 4, para debater a venda de créditos de carbono

ALÍVIO AOS APOSENTADOS

Teto de juros do consignado cai a 1,8% ao mês

Wellton Máximo/ABr

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou na se-

gunda-feira (4) o novo limite de juros de 1,8% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o antigo limite, de 1,84% ao mês, nível que vigorava desde outubro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,73% para

2,67% ao mês. Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor cinco dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias.

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de setembro, o Comitê de Política Monetária (Coppom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 12,75% para 12,25% ao ano. Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse

que a pasta deve acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

Os novos tetos são um pouco mais altos do que queria o Ministério da Previdência Social. Na semana passada, a pasta havia proposto que o teto caísse para 1,77%, com desconto em folha, e para 2,62% no cartão de crédito consignado. Os representantes das instituições financeiras defenderam a manutenção das taxas atuais.

Com o novo teto, alguns bancos oficiais terão de reduzir as taxas

para o consignado do INSS. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), o Banco do Nordeste cobra 1,88% ao mês, e o Banco da Amazônia cobra 1,86%.

Como as taxas estão acima do teto atual nestes, na prática, as duas instituições suspenderam a oferta desse tipo de crédito. Entre os bancos federais, o Banco do Brasil cobra 1,8%, exatamente o valor do futuro teto, e apenas a Caixa cobra menos, com taxa de 1,73% ao mês.

IMPASSE - O limite dos juros do crédito consignado do INSS foi objeto de embates no início do ano. Em março, o

CNPS reduziu o teto para 1,7% ao ano. A decisão opôs os Ministérios da Previdência Social e da Fazenda.

Os bancos suspenderam a oferta, alegando que a medida provocava desequilíbrios nas instituições financeiras. Sob protesto das centrais sindicais, o Banco do Brasil e a Caixa também deixaram de conceder os empréstimos porque o teto de 1,7% ao mês era inferior ao cobrado pelas instituições.

A decisão coube ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que arbitrou o impasse e, no fim de março, decidiu pelo teto de 1,97% ao mês.

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...
PUBLICAR